



## CONGRESSO

Câmara, Senado e 11 partidos entram com recurso no Supremo e pedem liminar suspendendo decisão do ministro Flávio Dino que vetou a execução de todas as emendas impositivas. Presidente da Corte minimiza clima tenso entre Legislativo e Judiciário

# Freio a emendas acirra guerra entre Poderes

» EVANDRO ÉBOLI

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiram recorrer no Supremo Tribunal Federal (STF) das decisões monocráticas do ministro Flávio Dino, que suspenderam o pagamento de emendas parlamentares impositivas. Além dos principais líderes do Congresso, 11 partidos assinam conjuntamente a peça jurídica: PL, União Brasil, PP, PSD, PSB, Republicanos, PSDB, PDT, MDB, Solidariedade e o PT — último a aderir.

O recurso foi encaminhado, com um pedido de liminar, ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte. “As decisões monocráticas, proferidas fora de qualquer contexto de urgência que justificasse uma análise isolada, e não colegiada, transcenderam em muito o debate em torno de alegada falta de transparência das denominadas ‘emendas Pix’, e alcançaram de forma exorbitante também as chamadas ‘Emendas de Comissão – RP8’, que já tinham sido questionadas em ação anterior, de relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que estaria, portanto, preventivo para tanto, e as emendas Individuais Impositivas, que já tinham sido escrutinizadas pela ministra Rosa Weber, sem nenhum apontamento de qualquer tipo de falta de transparência e rastreabilidade”, diz nota enviada pela assessoria da Câmara.

Ainda segundo o comunicado, as advocaças da Câmara e do Senado e dos partidos políticos entendem que as decisões “causam danos irreparáveis à economia pública, à saúde, à segurança e à própria ordem jurídica, além de violar patentemente a separação de Poderes”. Entendem os autores do recurso que, numa única decisão monocrática, o STF desconstituiu quatro emendas constitucionais em vigor há quase 10 anos e que foram aprovadas por três legislaturas distintas, que tiveram, na presidência da Câmara, Henrique Eduardo Alves (MDB), Rodrigo Maia (DEM) e Arthur Lira — ainda no comando. E, no Senado, nas gestões de Renan Calheiros (MDB), Davi Alcolumbre (União) e Rodrigo Pacheco (PSD), ainda presidente.

Ontem, Barroso negou que haja crise entre os Poderes. “As instituições funcionam bem. Temos um excelente diálogo com o Congresso, e tudo vai se resolver bem”, afirmou o presidente da Corte, após evento em Brasília.

Lula Marques/ Agência Brasil



Lira e Pacheco: no recurso, Congresso diz que decisão monocrática desconstituiu modalidades de emendas em vigor há quase 10 anos

A articulação entre Lira e Pacheco começou na noite de quarta-feira, quando parlamentares reagiram à proibição de uso das emendas. A retaliação ao STF teve início na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Em reunião convocada de última hora, o colegiado rejeitou a medida provisória do governo que libera crédito extraordinário de R\$ 1,3 bilhão para o Judiciário. A sessão da CMO foi decidida após uma reunião de líderes com Lira. Outra consequência reativa do parlamento foi a não votação da conclusão da reforma tributária, do segundo projeto de sua regulamentação, que deveria ser concluída na sessão de quarta-feira, mas o assunto nem entrou na pauta.

Na decisão de quarta-feira, Dino condicionou a liberação das emendas a garantias, por parte do Congresso, de transparência na distribuição desses recursos a estados e municípios e de rastreabilidade da verba: para onde foi, para qual projeto, e apresentação de plano de trabalho.

### Tipos de emendas

- Emendas parlamentares são recursos no Orçamento da União que podem ser direcionados por deputados e senadores a seus redutos eleitorais. Hoje, existem três modalidades: as emendas individuais, a que cada deputado e senador tem direito; as de bancada estadual e as de comissão.
- As emendas individuais e de bancada são impositivas, ou seja, o pagamento é obrigatório, embora o governo controle o ritmo da liberação.
- As emendas Pix (batizadas com esse nome em referência ao sistema de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central) são uma forma de manejar as emendas individuais e permitem a destinação direta de recursos federais a estados e municípios sem controle e fiscalização.
- As emendas de comissão têm sido usadas como moeda de troca política no Congresso desde o fim do orçamento secreto, esquema que consistia no repasse de emendas de relator sem transparência e de forma que dificultava a fiscalização.
- A ofensiva sobre esses recursos, portanto, impacta diretamente no poder da cúpula do Legislativo, às vésperas das eleições para as presidências da Câmara e do Senado.

## Lula: obrigar pagamento é “loucura”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou as emendas impositivas como “o começo de uma loucura” e defendeu um acordo entre governo e Congresso sobre o tema.

A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, de suspender o pagamento dessas emendas é vista pelo Congresso como um movimento combinado com a cúpula do governo.

As emendas impositivas tiraram poder do governo federal sobre deputados e senadores. Antes, o Executivo podia reprimir as emendas de congressistas de oposição e cobrar fidelidade de aliados em troca da liberação dos recursos. Agora, essa capacidade é limitada.

“Isso começou acontecendo já no governo da Dilma, quando o Eduardo Cunha virou presidente da Câmara dos Deputados, com a criação do Orçamento Impositivo, das emendas impositivas. Significa que o deputado pode ser contra, pode ser a favor, ele tem o mesmo direito”, declarou Lula, em entrevista à Rádio T, em Curitiba. “Se o cara passar o dia inteiro no microfone me xingando, se o cara passar o dia inteiro votando contra as coisas boas para o povo, vai receber do mesmo jeito. Isso foi o começo de uma loucura que aconteceu neste país”, acrescentou.

O pano de fundo do imbróglio é uma disputa de poder entre o Executivo e o Legislativo, arbitrada pelo Judiciário. O orçamento secreto — esquema que consistia no repasse de emendas de relator sem transparência e de forma que dificultava a fiscalização — foi declarado inconstitucional pelo STF após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém parte dos recursos continuou nas mãos do Congresso, após um acordo feito com o Palácio do Planalto.

Agora, os parlamentares veem nova ofensiva do governo federal, em aliança com o Judiciário, para retomar mais poder sobre o Orçamento. Principalmente porque Dino foi indicado por Lula para a Corte.

# Liberação geral para irregularidades dos partidos

O plenário do Senado aprovou, ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Anistia, em dois turnos, e, agora, a matéria, que livra os partidos de pagarem multa por descumprimento de legislação eleitoral, será promulgada. No primeiro turno, o texto foi aprovado por 51 votos a favor e 15 contrários. Foram apenas três votos a mais que os 49 mínimos exigidos para emendas à Constituição. O placar do segundo turno foi mais folgado: 54 a 16.

A aprovação do texto contou com apoio de petistas e de bolsonaristas. Apenas o Novo orientou voto contra no Senado. A proposta concede perdão a irregularidades cometidas pelos partidos que desconsideraram a exigência de cota para negros nas eleições, e foram multados. Além de revogar a obrigação da distribuição proporcional para candidatos negros, a proposta perdou as dívidas.

Os senadores favoráveis rechaçaram que se trata de uma emenda constitucional que anistie as dívidas dos partidos por essa infração nas eleições de 2020 e 2022. O relator Marcelo Castro (MDB-PI) argumentou que as Legendas estão obrigadas a aplicar o valor dessas dívidas nas próximas eleições para



**Para a vergonha do Brasil, os partidos políticos tomaram decisões antidemocráticas e querem reduzir as verbas eleitorais que ajudariam a eleger políticos negros em todos municípios do Brasil”**

**Trecho da nota da Federação Rede-PSol e de entidades**

vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República.

“É errôneo chamar essa proposta de PEC da Anistia. É das cotas raciais, que destina 30% das vagas para pretos e pardos nas eleições. Nas quatro próximas eleições, os partidos terão que gastar o que não gastaram nas anteriores. Não anistia um centavo sequer”, sustentou Castro.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), também defendeu a proposta e criticou o nome com que foi batizada. “Trata-se do refinanciamento das dívidas e da PEC da raça. E todo mundo se acha no direito de chamar de PEC da Anistia. O nome dessa PEC era para se chamar de PEC do Refis (Programa de Refinanciamento). Todos vão pagar o que deve”, assegurou Alcolumbre.

### Reação

A Federação Rede-PSol decidiu entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a aprovação da PEC da Anistia. A Educafro Brasil, que atua pela inclusão de negros nos espaços de poder no país, e o Pacto Pela Democracia serão parceiros dos dois partidos na iniciativa.

“Para a vergonha do Brasil, os partidos políticos tomaram decisões antidemocráticas e querem reduzir as verbas eleitorais que ajudariam a eleger políticos negros em todos municípios do Brasil”, informaram as entidades, no pedido de apoio. “Essa PEC representa um dos mais graves ataques à transparência e à participação política da população

Jefferson Rudy/Agência Senado



Aprovada em dois turnos pelos senadores, PEC da Anistia vai à promulgação

negra no processo democrático. Ao enfraquecer mecanismos essenciais para a inclusão de afro-brasileiros e a representação justa, a proposta coloca em

risco avanços históricos e torna impossível a igualdade de oportunidades na esfera pública”, argumentam os signatários da ação no STF. (EE)